



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Art. 18, § 1º, da Lei Nº 14.133/2021

Art.330 do Decreto Municipal Nº 6.621/2023

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Rio Branco do Sul necessita contratar empresa especializada para a produção, fornecimento e instalação de numeração predial e de placas de logradouros, visando atender às demandas de identificação oficial de imóveis e à adequada sinalização urbana.

A implantação desses elementos é indispensável para melhorar a organização territorial, a eficiência dos serviços públicos e a segurança da população, pois a correta identificação das vias e dos imóveis contribui diretamente para:

- *facilitar o atendimento de serviços de emergência (SAMU, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar);

- *otimizar a localização de endereços por parte de moradores, visitantes e prestadores de serviços;

- *aprimorar a logística urbana, incluindo entregas, transporte escolar, coleta de resíduos, correios e demais serviços essenciais;

- *garantir padronização visual e integridade das informações de identificação urbana, evitando divergências e lacunas no sistema de endereçamento do município;

- *promover maior acessibilidade e legibilidade dos logradouros e edificações públicas e privadas.

Considerando a extensão territorial do município, o crescimento da malha urbana e a necessidade de padronização da sinalização existente, torna-se imprescindível a contratação de empresa qualificada, com capacidade técnica para atender aos requisitos de qualidade, durabilidade e resistência dos materiais, especialmente em relação às condições climáticas locais.

Para melhor organização da contratação e distinção das naturezas de fornecimento, o objeto será estruturado em dois lotes, conforme segue:

- Lote 1 – Produção, fornecimento e fixação de números prediais em material durável (aço inox ou equivalente), padronizados conforme especificações técnicas municipais, incluindo mão de obra especializada para instalação correta em cada edificação contemplada.

- Lote 2 – Produção, fornecimento e instalação de placas de logradouros, em material resistente às intempéries, com acabamento de alta durabilidade e implantação em postes galvanizados ou suportes adequados, com base de concreto conforme detalhamento técnico.

A contratação permitirá suprir uma demanda recorrente da população, regularizar endereços formais, e promover uma sinalização pública homogênea, moderna e eficiente, alinhada às boas práticas de gestão urbana.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual do Município de Rio Branco do Sul em razão de tratar-se de uma demanda identificada posteriormente ao período





de elaboração e consolidação do PCA vigente. A necessidade de fornecimento e instalação de números de identificação predial e de placas de orientação numérica surgiu a partir de verificações recentes feitas pelas equipes técnicas, que constataram a ausência de padronização e a insuficiência de sinalização em diversos logradouros da cidade, situação que vinha gerando prejuízos à organização urbana, à mobilidade e à prestação de serviços públicos essenciais.

Por se tratar de uma necessidade superveniente, não prevista originalmente no planejamento anual, sua inclusão não foi possível no momento da construção do PCA. No entanto, a demanda apresenta caráter de interesse público imediato, uma vez que a falta de identificação predial adequada afeta diretamente o atendimento de emergências, a entrega de correspondências, a fiscalização urbana, o cadastro imobiliário e a orientação de moradores e visitantes.

Diante disso, a contratação torna-se imprescindível, ainda que fora do escopo inicialmente planejado, visando atender uma necessidade pública real, atual e devidamente fundamentada, conforme autorizado pelas normas de planejamento e gestão de contratações da administração pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objeto o fornecimento, fabricação e instalação de números de identificação e placas de logradouros, incluindo suas estruturas de sustentação (coluna simples Ø 2½", 3,5 m de comprimento) e suportes metálicos, conforme especificações técnicas, padrões dimensionais e condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e em seus anexos.

Os requisitos da contratação foram definidos com base na necessidade de padronização da sinalização urbana, garantindo adequada visibilidade, durabilidade, resistência às intempéries e uniformidade visual em conformidade com o padrão adotado pela Administração Municipal. Adotou-se o aço inox para o número predial e o aço galvanizado para placas de logradouros como material principal, em razão de sua elevada resistência à corrosão, baixa necessidade de manutenção e excelente desempenho em ambiente externo, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e longevidade da sinalização pública.

4. REQUISITOS GERAIS APLICÁVEIS A TODOS OS ITENS

Números de identificação predial: Os números prediais deverão ser produzidos exclusivamente em aço inox, com acabamento escovado, com padrão visual definido pela Administração Municipal, garantindo elevada durabilidade, resistência mecânica e desempenho superior em ambientes externos, com espessura de 1,5mm, altura de 10cm, 1cm de profundidade, largura variável de acordo com a fonte escolhida pela administração. As peças devem apresentar excelente estabilidade dimensional, bordas uniformes, superfície lisa e alta resistência à corrosão, assegurando legibilidade e vida útil prolongada em áreas expostas ao sol, chuva e variações climáticas. As dimensões, tipografia e espessuras deverão seguir rigorosamente o padrão municipal estabelecido, garantindo uniformidade estética em todo o território urbano. A instalação será de responsabilidade da contratada, devendo ser realizada





por meio de parafusos e buchas adequados para cada superfície, garantindo alinhamento preciso, fixação segura e acabamento final compatível com o padrão institucional.

Placas de Logradouros (Incluso poste e base): As placas de identificação de logradouros deverão ser confeccionadas em chapa de aço carbono nº 18, com aplicação de película refletiva microprismática de alta performance, garantindo elevada visibilidade diurna e noturna e durabilidade mínima conforme normas técnicas vigentes. A face impressa deverá receber impressão UV ou adesivagem com tinta de alta resistência, assegurando fidelidade das cores institucionais, nitidez das informações e proteção contra raios ultravioleta, intempéries e desgaste mecânico.

As placas devem possuir formato e dimensões padronizadas pela Administração Municipal, com bordas uniformes, cantos arredondados, acabamento antiderrapante ao toque e rigidez suficiente para evitar deformações por vento ou impacto, medidas 55cm x20cm, chapa de aço #18. A película refletiva deverá possuir certificação fotométrica vigente, garantindo desempenho ótimo para leitura noturna e atendimento aos requisitos de sinalização urbana.

O conjunto deverá incluir poste tubular galvanizado de 3,50 m de altura, com galvanização a fogo conforme especificações técnicas, garantindo elevada resistência à oxidação e longa vida útil em ambientes externos. O poste deverá possuir diâmetro, espessura e padrão definidos pela Administração Municipal, compatíveis com as características de vento, peso da placa e condições ambientais do município.

A instalação deverá incluir base/fundação em concreto, com dimensões mínimas de 30 x 30 x 50 cm, contendo escavação manual, compactação, brita, concretagem e acabamento final, assegurando estabilidade e alinhamento vertical do conjunto. Toda a fixação das placas ao poste deverá ser realizada com abraçadeiras metálicas, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas ou em aço inox, conforme padrão municipal, garantindo perfeita aderência, ausência de vibração e resistência mecânica ao longo do tempo.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento realizado pela equipe técnica do Município de Rio Branco do Sul, considerando as demandas de identificação predial e de sinalização de logradouros existentes na área urbana e em setores específicos da zona rural consolidada.

O dimensionamento levou em conta:

- diagnóstico das vias sem identificação adequada;
- solicitações recorrentes de moradores e serviços públicos;
- ampliação e atualização do Cadastro Técnico Municipal;
- padronização do sistema de endereçamento;
- necessidade de reposição de placas danificadas ou ausentes.

Com base nesse levantamento preliminar, foram estimadas as seguintes quantidades para





cada lote:

Lote 1 – Produção, fornecimento e fixação de numeração predial

Item Descrição Quantidade estimada

1 Números prediais em aço inox, altura 10 cm, com fixação 14.500 unidades

Observação: A quantidade estimada de números prediais considera edificações que ainda não possuem numeração oficial visível ou encontram-se com numeração irregular, insuficiente ou desgastada. O valor poderá ser ajustado conforme a necessidade final identificada pela Secretaria Municipal competente.

Lote 2 – Produção, fornecimento e instalação de placas de logradouros

Item Descrição Quantidade estimada

1 Placa de identificação de logradouro (placa dupla) com suporte 2.000 conjuntos

Observação: Cada conjunto de placa dupla inclui o nome do logradouro, eventual identificação do bairro e fixação completa no poste metálico galvanizado. As quantidades consideram vias sem identificação, bem como reposições necessárias devido a desgaste, vandalismo ou extravio.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao inciso V do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis para o fornecimento e instalação de números prediais padronizados. O estudo buscou identificar a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Municipal, considerando critérios técnicos, econômicos e de durabilidade.

A pesquisa de preços foi realizada com base nos valores de referência disponibilizados pelas bases oficiais SINAPI e DER/PR, considerando os insumos pertinentes à fabricação e instalação de sinalização urbana, bem como em cotações obtidas em sites especializados no fornecimento de números prediais em aço inox. A consulta incluiu análise de preços atualizados para materiais, mão de obra, película refletiva, estruturas metálicas e serviços correlatos, observando diferentes espessuras do material, processos de corte, padrões de acabamento e condições operacionais de instalação. A combinação das bases oficiais com as cotações de mercado permitiu identificar valores unitários consistentes e alinhados às práticas regionais, resultando em uma estimativa de custos tecnicamente fundamentada e adequada ao planejamento orçamentário da Administração Municipal.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar do valor da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços de mercado, análise de contratações similares e levantamento de orçamentos referenciais junto a fornecedores especializados em comunicação visual e





sinalização predial. Foram considerados os custos médios atuais de fabricação e instalação de números prediais em material resistente às intempéries, bem como referências obtidas em certames recentes realizados por outros entes públicos.

A pesquisa de preços detalhada e a planilha orçamentária consolidada serão elaboradas na etapa subsequente, após finalização do Termo de Referência e previamente à publicação do edital, assegurando maior precisão nos valores a serem utilizados para julgamento e para a reserva orçamentária.

	Descrição do Grupo de Itens	Valor Total Estimado (R\$)
1	Números de identificação predial	R\$ 368.735,00
2	Placas de Logradouros (Incluso poste e base)	R\$ 1.641.380,00

Metodologia utilizada:

Foram considerados os valores médios unitários identificados em pesquisas de mercado e em contratações similares de sinalização predial, garantindo a representatividade de preços praticados por fornecedores de pequeno e médio porte, especialmente micro e pequenas empresas, que possuem capacidade de atendimento para este tipo de demanda.

Os valores levantados incluem os custos de fabricação dos números prediais em inox, recorte e acabamento, tratamento superficial quando aplicável, fornecimento dos elementos de fixação, além da instalação direta nas unidades residenciais do Município de Rio Branco do Sul/PR.

Foram consideradas as variações regionais de preço dos insumos utilizados na produção, como chapa de aço inox, processos de corte a laser, dobra e polimento, bem como os custos médios de deslocamento e mão de obra especializada para instalação.

A atualização monetária teve como referência os preços médios praticados no mercado no 2º semestre de 2025, com base em consultas a fornecedores locais e regionais do setor de comunicação visual, metal e mecânica.

Dessa forma, o valor estimado total da contratação é de aproximadamente R\$ 2.010.115, podendo ser ajustado posteriormente na fase de elaboração da planilha orçamentária detalhada, conforme aprofundamento técnico do Termo de Referência e consolidação das quantidades finais.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para a elaboração da estimativa de custos e da análise de viabilidade da contratação, adotou-se uma metodologia estruturada, fundamentada em fontes oficiais de referência, cotações de mercado e parâmetros técnicos aplicáveis ao objeto. A condução da pesquisa seguiu as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à obrigatoriedade de pesquisa de preços e fundamentação das estimativas.

A metodologia empregada compreendeu as seguintes etapas:

Identificação dos insumos necessários





Foram levantados todos os elementos que compõem o objeto da contratação, incluindo materiais (aço inox, chapas metálicas, película refletiva, postes metálicos galvanizados, parafusos e fixadores), serviços especializados (corte a laser, acabamento escovado, aplicação de película refletiva, montagem, transporte e instalação) e estruturas acessórias (bases de concreto, suportes e abraçadeiras). Esse detalhamento permitiu definir com precisão os itens a serem pesquisados no mercado.

Pesquisa em bases oficiais de custo

Para garantir confiabilidade e alinhamento às práticas públicas, foram consultados os sistemas oficiais de referência SINAPI e DER/PR, selecionando composições equivalentes para fabricação e instalação de sinalização vertical urbana e elementos metálicos. Os valores foram atualizados conforme o último ciclo de publicação disponível, assegurando aderência às condições regionais de preço.

Coleta de cotações em fornecedores especializados

Paralelamente às bases oficiais, realizou-se pesquisa em fornecedores privados com atuação no ramo de sinalização urbana, incluindo fabricantes de números prediais em aço inox, empresas de comunicação visual e distribuidores de postes galvanizados. Foram considerados anúncios e cotações publicadas em plataformas de comércio eletrônico confiáveis, tomando-se o cuidado de selecionar produtos com características compatíveis às especificações desejadas (altura padrão, aço inox escovado, acabamento uniforme e durabilidade).

Análise comparativa e descarte de valores incompatíveis

Os valores coletados foram avaliados individualmente, descartando-se preços excessivamente discrepantes, fora da realidade de mercado ou decorrentes de promoções sazonais que não representariam o custo médio do setor. As referências válidas foram comparadas entre si, adotando-se a média ponderada como critério para determinação do preço de referência.

Adequação técnica e orçamentária

Após o levantamento dos valores, procedeu-se à análise de compatibilidade com a demanda municipal, considerando quantidade, padronização visual, durabilidade, vida útil dos materiais e custos de execução. O resultado consolidado serviu de base para a elaboração da estimativa final e para a definição dos valores referenciais de cada lote.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto desta contratação poderá ser parcelado conforme a natureza dos itens que o compõem, visando garantir economicidade, competitividade e adequada execução dos serviços. Considerando tratar-se de itens distintos — Números Prediais e Placas de Logradouro com poste e base — o parcelamento em lotes é tecnicamente viável e não compromete a execução do objeto, desde que mantida a uniformidade dos padrões definidos pela Administração Municipal.

Dessa forma, o objeto poderá ser dividido nos seguintes lotes:

Lote 1 – Números Prediais: compreende o fornecimento contínuo e a instalação de números prediais em aço inox escovado, conforme demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo, respeitando as especificações técnicas e os prazos de entrega estabelecidos neste Termo de





Referência.

Lote 2 – Placas de Logradouros (incluindo poste e base): abrange o fornecimento, instalação imediata, montagem completa e fixação das placas de logradouro, postes galvanizados e fundações em concreto, conforme solicitação da Administração Municipal, dentro dos prazos previstos na contratação.

O parcelamento proposto não prejudica a qualidade dos serviços, tampouco inviabiliza a padronização estética ou técnica definida pelo Município, uma vez que ambos os lotes possuem especificações detalhadas e uniformes. Ademais, o parcelamento possibilita maior competitividade, ampliando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, e promovendo condições mais vantajosas para a Administração, atendendo ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de placas de sinalização e identificação para uso pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano busca gerar resultados concretos de economicidade, eficiência administrativa e padronização visual dos equipamentos públicos, assegurando o uso racional dos recursos públicos.

Em termos de economicidade, a centralização das demandas em um único processo licitatório permite ganhos de escala e redução de custos unitários. O parcelamento do objeto em lotes homogêneos amplia a competitividade e possibilita a participação de micro e pequenas empresas, resultando em melhores preços e maior qualidade. A adoção do Sistema de Registro de Preços garante flexibilidade nas contratações e evita desperdícios, já que as aquisições ocorrerão conforme a demanda real de cada secretaria. O Pregão Eletrônico contribui para maior transparência, ampla concorrência e redução de custos administrativos.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais, a padronização das placas facilita a identificação, orienta corretamente a população e contribui para a organização urbana. A medida melhora a comunicação visual institucional, reduz divergências entre modelos utilizados e otimiza a gestão de estoques, entregas e substituições, evitando excessos e perdas.

Entre os resultados mensuráveis esperados, consideram-se a redução dos custos unitários em comparação a aquisições anteriores feitas de forma isolada, o atendimento integral das secretarias dentro dos prazos, alto nível de conformidade técnica das placas entregues e o uso integral da Ata de Registro de Preços dentro da vigência.

No âmbito institucional, a contratação fortalece a identidade visual do Município, aprimora a sinalização urbana, aumenta a transparência no processo de aquisição e promove integração entre as secretarias por meio da padronização dos modelos adotados. Assim, a medida assegura melhor relação custo-benefício, alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em observância ao inciso X do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Municipal deverá adotar, **antes da formalização da Ata de Registro de Preços e da assinatura**





dos contratos derivados, as seguintes **providências preparatórias**, com vistas a assegurar a correta execução contratual, a adequada gestão e fiscalização e o cumprimento dos princípios da eficiência e da economicidade.

Providências Administrativas e Operacionais

Designação formal dos fiscais e gestores da ata e dos contratos, conforme previsto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que os servidores responsáveis sejam devidamente capacitados para o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução contratual;

Capacitação específica dos fiscais e gestores, abordando temas como recebimento de bens, conferência de qualidade, elaboração de relatórios de conformidade, aplicação de penalidades e uso do Sistema de Registro de Preços (SRP);

Revisão e atualização das planilhas de controle interno, a fim de registrar as entregas, prazos, quantidades e valores por Secretaria demandante, assegurando o acompanhamento das adesões e execuções da Ata;

Definição de fluxos internos de solicitação e autorização de fornecimento, entre o setor de licitações, as Secretarias participantes e o setor de controle orçamentário, para evitar pedidos duplicados ou inconsistências nas requisições.

Providências Técnicas e Logísticas

Verificação e adequação dos espaços físicos de armazenamento, garantindo locais apropriados, ventilados e limpos para o recebimento temporário das placas e números.

Definição de cronogramas de entrega e recebimento provisório e definitivo, conforme as demandas específicas de cada Secretaria;

Criação de fichas de controle e formulários padronizados para conferência das amostras (gabaritos) e posterior aceitação das entregas, assegurando rastreabilidade e padronização da identidade visual;

Adequação do ambiente de TI, para que o sistema de acompanhamento do SRP (via BLL Compras) e os registros de consumo sejam integrados às rotinas administrativas de compras e almoxarifado.

Providências Jurídicas e de Controle

Análise jurídica prévia do edital e da minuta da Ata, garantindo conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e com a legislação municipal

Registro da Ata de Preços e dos contratos derivados no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**), assegurando a publicidade e transparência dos atos;

Coordenação entre as Secretarias demandantes, para definição das demandas prioritárias, cronogramas e limites de fornecimento, conforme o quantitativo estimado neste ETP;

Emissão de nota técnica conjunta entre os setores de Licitações, Contabilidade e Controle Interno, atestando a disponibilidade orçamentária e a adequação do processo ao planejamento municipal.

As providências listadas visam garantir que, **antes da celebração da Ata de Registro de Preços**, a Administração Municipal de Rio Branco do Sul esteja **plenamente estruturada para gerir e fiscalizar a execução contratual**, assegurando:





A correta aplicação dos recursos públicos;
O cumprimento dos prazos e das especificações técnicas;
A padronização visual e funcional dos uniformes e materiais institucionais;
E a observância dos princípios da **eficiência, transparência, sustentabilidade e controle** previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Em observância ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Municipal de Rio Branco do Sul avaliou os impactos ambientais potenciais decorrentes da futura contratação e estabeleceu medidas mitigadoras e de sustentabilidade compatíveis com as diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

A contratação em questão envolve a fabricação, e fornecimento de números e placas, cujos processos de fabricação e descarte podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos, principalmente relacionados ao consumo de água, energia, corantes têxteis e resíduos sólidos.

Principais Impactos Ambientais Identificados

Tabela – Impactos Ambientais Potenciais na Produção e Instalação de Placas

Etapa da Atividade	Impacto Ambiental Potencial	Descrição / Observação
Produção das placas (corte, dobra, usinagem de materiais metálicos ou poliméricos)	Consumo de energia elétrica	Utilização de máquinas de corte, CNC, dobra e equipamentos industriais de acabamento.
Aplicação de pintura automotiva, impressão ou gravação	Geração de resíduos químicos e emissões voláteis	Uso de tintas, solventes, vernizes e insumos que podem requerer tratamento e descarte adequado.
Manuseio e preparação dos materiais	Geração de resíduos sólidos industriais	Sobras de alumínio, aço inox e outros materiais provenientes dos recortes.
Transporte e logística	Emissão de gases poluentes (CO ₂)	Transporte intermunicipal e distribuição das placas até o Município.
Instalação das placas	Geração de pequenos resíduos	Embalagens, parafusos, buchas e sobras de fixação; risco de descarte inadequado no local.
Descarte de placas antigas	Resíduos metálicos e	Placas removidas tornam-se





Etapa da Atividade	Impacto Ambiental Potencial	Descrição / Observação
ou danificadas	plásticos	resíduos que devem ser destinados corretamente, preferencialmente à reciclagem.

Medidas Mitigadoras e Práticas Sustentáveis

Para reduzir os impactos ambientais associados à produção, fornecimento e instalação das placas e números prediais, serão observadas medidas sustentáveis compatíveis com as diretrizes da Administração Pública Municipal. Entre as principais práticas recomendadas e consideradas na contratação, destacam-se:

Prioridade para materiais recicláveis ou de longa vida útil, como aço inox, alumínio, reduzindo a necessidade de reposição e o volume de resíduos descartados ao longo do tempo. Uso de processos de acabamento de menor impacto ambiental, preferindo tintas automotivas de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC) e evitando o uso de solventes altamente tóxicos.

Tratamento adequado de resíduos industriais, garantindo que sobras de materiais, efluentes líquidos e resíduos químicos sejam destinados conforme normas ambientais.

Acondicionamento e embalagem reduzidos, com uso de materiais recicláveis e minimização de plástico descartável.

Otimização das rotas de transporte, diminuindo a emissão de CO₂ por meio de entregas planejadas e consolidadas.

Destinação correta das placas antigas, priorizando reciclagem de metais e polímeros retirados durante a substituição.

Instalação limpa, com recolhimento obrigatório de todos os resíduos gerados durante a fixação (parafusos, buchas, embalagens e sobras de material).

Exigência de conformidade ambiental dos fornecedores, incluindo licenças aplicáveis, boas práticas produtivas e compromisso com manejo adequado dos resíduos de fabricação.

Essas medidas contribuem para a redução dos impactos ambientais, promovem responsabilidade socioambiental e garantem maior sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida das placas e números prediais.

13. AVALIAÇÃO DE RISCOS

A avaliação de riscos visa identificar, analisar e propor medidas de controle para eventuais eventos que possam comprometer a boa execução da contratação, tanto durante o processo licitatório quanto na fase contratual.

O objetivo é garantir que a Administração Municipal de Rio Branco do Sul adote medidas preventivas e corretivas adequadas, de modo a reduzir a probabilidade de falhas e assegurar a continuidade dos serviços públicos, em conformidade com o art. 169 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Identificação dos Riscos





Os principais riscos relacionados a esta contratação podem ser classificados nas seguintes categorias:

Tipo de Risco	Descrição do Risco Identificado	Causas Prováveis	Consequências Possíveis	Nível de Risco
Técnico	Entrega de produtos fora do padrão de qualidade ou divergentes da amostra aprovada.	Falha na produção, controle de qualidade insuficiente ou uso de materiais inadequados.	Recusa do recebimento, atrasos e necessidade de substituição dos itens.	Médio
Operacional	Atrasos nas entregas dos itens contratados.	Problemas logísticos, falta de matéria-prima ou má gestão de prazos pela contratada.	Comprometimento de eventos e atividades das Secretarias.	Alto
Administrativo	Falhas na fiscalização e controle do recebimento.	Inexperiência dos fiscais ou ausência de designação formal.	Pagamentos indevidos, aceitação de produtos irregulares.	Médio
Financeiro	Variações significativas nos preços de insumos durante a execução da Ata.	Oscilações de mercado ou inflação setorial.	Solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro e aumento de custos.	Médio
Licitatório	Baixa participação de fornecedores ou ausência de propostas válidas.	Lotes muito amplos, exigências restritivas ou falha na divulgação do edital.	Necessidade de republicação e atraso na contratação.	Médio
Legal	Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa vencedora.	Falta de capacidade técnica, desorganização ou negligência contratual.	Aplicação de penalidades e rescisão contratual.	Baixo
Ambiental	Descarte inadequado de resíduos	Falta de controle ambiental pela contratada.	Poluição ambiental e à	Baixo





			legislação ambiental.	
--	--	--	-----------------------	--

12.2. Medidas de Prevenção e Mitigação

Risco	Medidas Preventivas e Corretivas	Responsável Monitoramento e
Entrega de produtos fora do padrão	Aprovação prévia de amostras e conferência de qualidade em todas as entregas	Fiscal técnico designado
Atrasos nas entregas	Definição de cronograma detalhado e aplicação de penalidades por descumprimento.	Fiscal administrativo e setor de licitações.
Falhas na fiscalização	Capacitação dos fiscais e uso de checklist padronizado de recebimento.	Setor de Gestão e Contratos.
Variações de preço	Utilização do SRP com validade de 12 meses e cláusulas de reequilíbrio somente mediante comprovação técnica.	Controle Interno Contabilidade.
Baixa participação de fornecedores	Estruturação de lotes temáticos que ampliem a competitividade e a participação de ME/EPP.	Comissão de Licitação.
Descumprimento contratual	Acompanhamento contínuo e registros em relatório de fiscalização; aplicação de sanções quando cabível.	Procuradoria e Fiscal do Contrato.
Impactos ambientais	Exigência de comprovação de destinação correta dos resíduos e embalagens sustentáveis.	Setor de Meio Ambiente e Fiscal Técnico.





12.3. MONITORAMENTO E GESTÃO CONTÍNUA DOS RISCOS

O gerenciamento de riscos será contínuo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, contemplando:

Relatórios periódicos de acompanhamento elaborados pelos fiscais designados;

Registro de ocorrências em planilha de controle, com classificação e tratamento dos riscos conforme impacto e probabilidade;

Reuniões de alinhamento trimestrais entre as Secretarias participantes, a Comissão de Licitação e o Setor de Controle Interno;

Adoção de medidas corretivas imediatas, caso identificado qualquer desvio ou não conformidade.

A análise de riscos aqui apresentada permite à Administração Municipal antecipar possíveis problemas e adotar medidas preventivas adequadas, garantindo:

A execução regular e eficiente da contratação;

A mitigação de impactos financeiros e operacionais;

A conformidade legal e técnica do processo licitatório;

E a segurança jurídica e administrativa de toda a execução contratual.

Dessa forma, o processo de contratação atende plenamente aos princípios de planejamento, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, e reforça a adoção de boas práticas de governança e gestão de riscos pela Administração Pública Municipal.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após a análise técnica e administrativa realizada, conclui-se que a contratação para Produção, fornecimento e fixação dos números e placas orientativas é plenamente viável e adequada para o atendimento da necessidade identificada, observando-se os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

O estudo demonstrou que a solução proposta — aquisição por meio de **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo menor preço por lote e utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) — apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional, uma vez que:

Consolida as demandas das secretarias em um planejamento único, garantindo racionalidade e controle na execução orçamentária;

Viabiliza ganhos de escala e redução de custos unitários em comparação com contratações isoladas;

Assegura flexibilidade na entrega e no pagamento, mediante aquisições parceladas conforme a real necessidade dos órgãos municipais;

Fomenta a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), especialmente nos lotes exclusivos, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional;

Do ponto de vista técnico, as especificações foram elaboradas de forma precisa e adequada, contemplando materiais de qualidade, acabamento reforçado e requisitos de personalização





que garantem durabilidade e identidade institucional.

Sob o aspecto econômico, a estimativa de preços foi fundamentada em pesquisa de mercado e contratos similares, apresentando valores compatíveis com os praticados no setor, totalizando aproximadamente **R\$ 2.010.115,00**, o que evidencia a compatibilidade da despesa com os recursos orçamentários disponíveis e a observância ao princípio da economicidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é tecnicamente exequível, economicamente viável e juridicamente adequada, atendendo integralmente ao interesse público e aos objetivos de eficiência, transparência e sustentabilidade administrativa.

Rio Branco do Sul, 19/11/2025

